

1
2 **AJUDA MEMÓRIA DA XI REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO COMITÊ DABACIA**
3 **HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO - 14 A 16 DE MAIO DE 2008**
4 **PARACATU-MG**
5

6 **A sessão solene de abertura da XI Reunião Plenária Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio**
7 **São Francisco ocorreu na noite do dia 14 de maio no SESC LACE de Paracatu - MG.** Foram convidadas as
8 seguintes autoridades para compor a mesa: Presidente do Comitê do São Francisco, Antônio Thomas da Mata
9 Machado, o prefeito municipal de Paracatu Sr. Vasco Praça Filho, Sra Karla Yashida Arns, representante do
10 Ministério da Integração, Sra Cleide Izabel Pedrosa de Mello, representante do Secretário de Meio Ambiente de
11 Minas Gerais, Dr. José Carlos Carvalho, o Sr Juliano Matos, Secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
12 da Bahia e vice-presidente deste Comitê, Sra Ana Catarina Pires Lopes, Secretária de Meio Ambiente e
13 Recursos Hídricos de Alagoas e Secretária do Comitê do São Francisco, Sr Rodrigo Flecha, representante da
14 Agência Nacional de Águas, Sr Mauro da Fonseca Ellovitch, Coordenador da Promotoria de Justiça de Meio
15 Ambiente e Bacias dos Rios Paracatu e Urucuia, Coordenador da Câmara Consultiva do Alto São Francisco, Sr.
16 Geraldo José dos Santos, Coordenadora da Câmara Consultiva do Médio São Francisco, Sra Edite Lopes de
17 Souza; Coordenador da Câmara Consultiva do Baixo São Francisco, Sr. Luiz Carlos Fontes, Representante dos
18 Comitês Tributários do São Francisco, Sra Regina Greco do Comitê do Rio Pará. Destacamos as presenças do
19 Gerente Geral da Rio Paracatu Mineração Sr. Victor Hugo Souza Belo; Gerente da Votorantim Sr. Domingos
20 Guimarães; Presidente do Sindicato Rural Sr. José Queiroz; Secretário de Transportes do Município de Paracatu
21 Sr. Geraldo Pimentel; Secretário Municipal da Fazenda Sr. Flávio Cortes; Secretário Municipal do Meio
22 Ambiente Sr. Antônio Eustáquio Veira (Tonhão); representante da COPASA Sr. Paulo Roberto; Secretária
23 Municipal de Educação, Sra. Maria José Gonçalves Santos; Secretário Municipal de Esportes, Bajoso; Gerente
24 Regional da EMATER, Sr. Álvaro Goulart; e representando a Polícia Ambiental o Major Campos. Em seguida o
25 **Dr. Antônio Thomaz Da Mata Machado (Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São**
26 **Francisco)**, declarou aberta a XI Plenária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e passou a
27 palavra ao senhor Prefeito Municipal de Paracatu, Vasco Praça Filho, que deu as boas vindas aos participantes e
28 disse sentir-se muito feliz de estar recebendo na cidade a importante reunião que discute os interesses de uma
29 Bacia tão importante como a Bacia do Rio São Francisco, o nosso Velho Chico. **Sr. Geraldo José dos Santos**
30 **(Coordenador da Câmara Consultiva do Alto São Francisco)** – agradeceu a todos os presentes e em especial
31 o Tonhão, do Movimento Verde de Paracatu e Secretaria de Meio Ambiente de Paracatu, Sr. Prefeito, a
32 colaboração de muitas outras das suas Secretarias, de outras estruturas do Governo Municipal e as empresas
33 que como patrocinadores, prestigiaram com recursos financeiros a realização dos trabalhos para a realização
34 desta plenária. **Sr Rodrigo Flecha (Agência Nacional de Águas)** – fala sobre a satisfação que a Agência
35 Nacional de Águas participa, pois a ANA é parceira do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos
36 Hídricos, frisou que os temas que serão abordados são de extrema relevância para fazer avançar na gestão de
37 águas no Brasil, o sucesso da Bacia do São Francisco com certeza servirá de referência para o nosso país de
38 uma maneira geral. **Sra Cleide Izabel Pedrosa de Mello (Representante do Secretário de Meio Ambiente de**
39 **Minas Gerais)** – saudou o Prefeito Vasco Praça Filho, os representantes do CBHSF, os demais representantes
40 de CBHs, as lideranças, as Entidades e a todos aqueles que se movimentam em prol da gestão de Recursos
41 hídricos e todas as autoridades, disse que “o Rio São Francisco, pela própria diversidade dos estados que ele
42 atravessa, é um retrato bem ampliado do nosso país, mostra uma realidade muito diversificada, onde todos estão
43 buscando o mesmo objetivo: a revitalização, a conservação das águas sendo esse trabalho em prol do ‘Velho
44 Chico’”. **Sr Karla Norye Yoshida Arns (Representante do Ministério da Integração Nacional)**,
45 cumprimentou a todos os presentes e apresentou os seus companheiros do MIN, colocou que a orientação do
46 Ministro da Integração Nacional, é para que os seus representantes façam o melhor de si, abrindo para o diálogo
47 todas as questões que são atinentes, em especial, ao Ministério da Integração Nacional, ao Governo Federal. **Sr**
48 **Antônio Thomaz da Mata Machado (Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco)**
49 – cumprimentou Dr. Vasco Praça, Prefeito de Paracatu e Ana Catarina, e em nome dos dois cumprimentou a
50 todos os integrantes da Mesa, representantes do Comitê de Bacia do São Francisco e dos Comitês Afluentes da
51 Bacia Hidrográfica do São Francisco que vieram para essa reunião. Colocou a importância desta reunião e o
52 esforço para viabilizar a gestão da Bacia do São Francisco que é o objetivo do Comitê e sua função na lei
53 9.433/97. Colocou que desde 2005 se discutem a questão da Agência e do preço da água, que são os dois temas
54 principais dessa reunião, falou sobre a importância das discussões dos dois próximos dias de trabalho para o

55 equilíbrio do conjunto da Bacia, encerrou a cerimônia de abertura e deu-se o início das apresentações culturais
56 folclóricas.

57 **Dia 15 de maio - Sr Antonio Thomaz da Mata Machado (Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do**
58 **Rio São Francisco)** – Convida os membros do CBHSF, dos Comitês de Afluentes, órgãos gestores e todos
59 presentes para dar início à Plenária e convidou o “Seu Toinho Pescador” membro fundador do Comitê, e vice-
60 presidente da Federação de Pescadores do Estado de Alagoas que colocou a luta dos pescadores as margens do
61 rio São Francisco, a mortandade dos peixes em especial o surubim peixe típico do rio São Francisco, a
62 transposição que também é uma luta dos pescadores e terminou com um poema. **Thomaz** agradeceu ao “Seu
63 Toinho” e fez a abertura oficial da XI Plenária do CBHSF, informou sobre a programação e, colocou em
64 discussão e votação a Ata da última Plenária. **Senhor Christian André Haddad Govastki (Ministério de**
65 **Minas e Energia – MME)** – pediu correção na página 2, a partir da linha 85, onde a representante da CHESF,
66 Sra Sonáli Cavalcanti mencionou correspondência da CHESF (FAX SOC nº 34/2007) aos usuários e Entidades
67 que atuam na Bacia do São Francisco, a respeito das ações preventivas para o período úmido 2007/2008,
68 solicitando, que se coloque todo o conteúdo da carta da CHESF na Ata. **Thomaz** explicou ao plenário que na
69 linha 84, na referência à Sonáli, a colocação esta resumida, colocou em discussão e votação a sugestão de
70 acréscimo, não havendo nenhuma questão colocou em votação a Ata da XVII e XVIII Plenárias, ocorridas de
71 10 a 12 de dezembro de 2007, em Afogados de Ingazeira. Aprovada a Ata se desfez a mesa e convocou o
72 palestrante para fazer a introdução do tema “Criação da Agência de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco”.
73 **Sr Wilde Cardoso Gontijo (Gerente de Recursos Hídricos da ANA)** – Iniciou sua apresentação explicando
74 que se trata de um tema longo e com uma farta consolidação de discussões de cerca de dois anos, iniciada em
75 Belo Horizonte numa Oficina que a Câmara Técnica de Articulação Institucional - CTAI promoveu sobre
76 experiências de agências. Nessa oficina, participaram quase todos os Comitês de Bacia criados no âmbito dos
77 estados. Chamou-se a etapa inicial de nivelamento de premissas e procedimentos, e a partir desse processo
78 contínuo de crescimento e internalização de conceitos dentro do Comitê se pode dizer qual é a **Entidade** que se
79 gostaria para a Bacia Hidrográfica do São Francisco e se chegasse a esse Edital. Na plenária de Afogados da
80 Ingazeira o Comitê deliberou que seria uma Entidade Delegatária, ou seja, uma Entidade prevista na legislação
81 Federal, com uma personalidade jurídica. Estabeleceram-se então, procedimentos para o processo de
82 negociação da constituição de uma Agência Única para a Bacia Hidrográfica do São Francisco. No artigo 2º da
83 deliberação nº 34 do CBHSF foram estabelecidos vários itens relativos a processo de designação e instalação de
84 uma Entidade, uma Minuta de Edital seria discutida nas diversas instâncias dos Comitês. A Diretoria Colegiada
85 do Comitê do São Francisco, com o apoio da Câmara Técnica de Articulação Institucional - CTAI, esteve em
86 todos os comitês de Bacias Afluentes do São Francisco para uma visita e uma troca de idéias sobre esse tema.
87 Todos os Comitês tiveram a oportunidade de discutir com o CBHSF as premissas para construir esse Edital, que
88 foi primeiro que **tipo** de Entidade seria adequado ao Comitê e **não qual** a Entidade. Uma questão precisou ficar
89 muito clara nessas discussões: Agência não é Comitê, assim como, Comitê não é Agência, quem decide é o
90 Comitê e quem faz os estudos técnicos é a Agência. Agência precisa ter sustentabilidade, há necessidade que o
91 Comitê tenha uma Agência que dê suporte àquelas regiões que não têm recursos para sustentar a sua estrutura.
92 Diante disso, foi construído um Edital no qual a ANA disponibilizou uma Minuta consolidada de Contrato de
93 Gestão, instrumento que repassa os recursos oriundos da cobrança pelo uso da água para o exercício da
94 Agência. No final do Edital deverá ser disponibilizado, todo o estudo já elaborado sobre a estimativa de
95 arrecadação para todas as Entidades - exigência da CTIL. O Edital também esclarece sobre a Habilitação
96 jurídica da Entidade (sem fins lucrativos), Infra-estrutura e recursos humanos para o funcionamento da Agência.
97 Terminou sua exposição agradecendo a CTIL e a participação dos técnicos da ANA. Passou a palavra para
98 Thomaz que imediatamente iniciou os debates (toda a íntegra dessa discussão pode ser obtida através da
99 transcrição taquigráfica existente na Secretaria do CBHSF). **Sr Thomaz (Presidente do CBHSF)** –
100 Considerou as sugestões feitas durante as discussões no plenário e fez o seguinte encaminhamento: 1)
101 Encaminhar minuta de Edital para todos os Comitês de bacias existentes e instalados no âmbito da bacia
102 hidrográfica do rio São Francisco, órgãos gestores estaduais, ANA, como referencia para a discussão do
103 processo de seleção de organização civil de recursos hídricos sem fins lucrativos para exercer funções de
104 agência de água na bacia hidrográfica do rio São Francisco; 2) A Câmara Técnica de Articulação Institucional -
105 CTAI deve promover debates, consultas e solicitar posição formal sobre a minuta do Edital e encaminhar os
106 resultados consolidados à Diretoria Colegiada no âmbito das: Câmaras Consultivas Regionais – CCRs;
107 Segmentos que compõem o CBHSF; Comitês de bacia afluentes; Órgãos gestores estaduais; 3) A Diretoria
108 Colegiada coordenará o processo de discussão e apresentação dos resultados consolidados em nova minuta de
109 Edital, após apreciação da CTIL, em Reunião Ordinária. O presidente Sr. Thomaz aproveitou o momento e

110 colocou pedido de “*Ad Referendum*” para que a Diretoria fizesse as devidas correções nas numerações das
111 plenárias, tendo o plenário concordado passou imediatamente a próxima deliberação a ser votada, que definiu o
112 **Plano de Trabalho da CTAI para o ano de 2008**, foram aprovados os seguintes encaminhamentos: 1) A
113 Câmara Técnica de Articulação Institucional – CTAI desenvolverá Plano de Trabalho considerando os
114 seguintes temas prioritários: discussão da minuta de Edital para o processo de seleção de entidade delegatária de
115 funções de agência de água para a bacia hidrográfica do rio São Francisco; debate e elaboração de proposta
116 sobre o Pacto de Gestão das Águas na Bacia incorporando a alocação espacial e por uso da água, apresentando a
117 Diretoria Colegiada; debate e elaboração de proposta para constituição do Comitê de Integração da Bacia;
118 debate e elaboração de proposta de Deliberação sugerindo os valores e estabelecendo os mecanismos para a
119 cobrança do uso dos recursos hídricos da Bacia, retomar a discussão sobre a viabilidade financeira da Agência
120 incorporando novas fontes de financiamentos de forma a subsidiar a manutenção da Agência, promovendo
121 gestões junto a ANA e aos órgãos gestores para a sua concretização; 2) O Plano de Trabalho da CTAI será
122 realizado no âmbito das Câmaras Consultivas Regionais - CCRs com o envolvimento da ANA, dos órgãos
123 gestores estaduais e dos comitês de bacias de rios afluentes. O resultado dos trabalhos será encaminhado a
124 Diretoria Colegiada que orientará a realização do Encontro dos Comitês de Bacia e dos órgãos gestores no qual
125 serão debatidos. Ao término das votações, convocou para a mesa o Dr. Geraldo Santos, Coordenador da Câmara
126 Técnica do Alto São Francisco e vice-presidente do IGAM, para assumir a continuidade dos trabalhos, o Sr.
127 Rogério Sepúlveda, do Comitê do Rio das Velhas e o Coordenador da Câmara Técnica de Cobrança do CBHSF
128 o Sr. João Lopes, e imediatamente iniciou-se a apresentação sobre a implementação da Cobrança no São
129 Francisco. **Sr Patrick Thomas (Gerente da Área de Cobrança da Agência Nacional de Águas – ANA)** –
130 Iniciou a apresentação da Minuta de deliberação que sugere mecanismos e valores de cobrança e enfatizou que
131 uma exigência da lei para implementação da cobrança é ter Agência de Bacia instalada. A Câmara Técnica de
132 Outorga e Cobrança – CTOC faz discussão da cobrança há cerca de dois anos e produziu uma Minuta para ser
133 apreciada nesta plenária. Iniciou um breve histórico com referência no mês de julho de 2006, aprovação da
134 deliberação nº 31 do CBHSF, onde o art. 1º diz que o Comitê deseja instituir a cobrança pelo uso de recursos
135 hídricos na Bacia a partir de 2007. Foi solicitado à ANA um estudo de viabilidade econômico-financeira para a
136 criação desta Agência, a qual foi apresentada na Plenária de dezembro. O Comitê estabeleceu que a CTOC
137 deveria acompanhar e conduzir todos os estudos. Assim o Termo de Referência para contratação da empresa, os
138 produtos aprovados pela Câmara Técnica e todas as notas técnicas da ANA foram apresentadas no âmbito da
139 CTOC. O primeiro estudo foi o de viabilidade da Agência, foi simulado qual seria o potencial de arrecadação
140 com a cobrança na Bacia do Rio São Francisco e, como referência, foram adotados mecanismos e valores em
141 vigor em outras bacias, aprovados e definidos pela CTOC. Foram feitos exercícios para implementação da
142 cobrança com esses mecanismos e esses valores, sendo dividido em uma parcela de rios de domínio estadual e
143 outra de rios de domínio federal. Perceberam-se grande diferença entre o potencial de arrecadação em rios
144 estaduais e em rio federal, diferente concentração de usos, de saneamento e indústria nos rios de domínio
145 estadual e diferente concentração de usos de irrigação nos rios de domínio Federal. Para setor de irrigação existe
146 um coeficiente que reduz o valor da cobrança, assim, o potencial de arrecadação proveniente do setor de
147 irrigação é menor do que de saneamento e indústria, por isso, o potencial em rios estaduais é bem maior que em
148 rios federal. É grande a concentração do potencial de arrecadação no estado de Minas Gerais, porque a maior
149 parte desses rios de saneamento e indústria estão concentrados nas cabeceiras das Bacias Hidrográficas na
150 região metropolitana de Belo Horizonte e adjacências. Com base nesses potenciais de arrecadação, foi definido
151 o montante de recurso disponível para a Agência de Bacia, a lei estabelece um limite de 7,5% para gastar com
152 custeio. A discussão sobre a figura jurídica, as competências que estão no Edital, o que a Agência vai fazer e
153 característica específica do Rio Federal e o Estadual tem de estar dentro desse orçamento. Esse potencial de
154 arrecadação foi calculado e ajustado em função de alguns parâmetros utilizados na ANA: 1) segurança que é a
155 relação entre o valor que é simulado e o valor real que é cobrado, há uma diferença da ordem de 20% entre o
156 teórico e o que se arrecadou; 2) bacias que têm comitês instalados (foram excluídos alguns estados e algumas
157 sub-bacias), 3) a questão de dominialidade - 76% em rios de domínio estadual e 24% em rios de domínio
158 Federal; 4) por setor usuário, maior parte da arrecadação 60% está concentrada no setor de saneamento, em
159 seguida vem à indústria com 23%, em terceiro lugar vem irrigação, 11% e depois saneamento rural e criação
160 animal. Assim, foi feita uma estimativa e foram considerados os custos atuais de funcionamento do CBHSF: as
161 reuniões plenárias; diversas atividades de apoio que precisam ser contratadas, as reuniões das CTs e CCRs, a
162 Secretaria Executiva e os escritórios regionais possuem despesas de salários, diárias, passagens e outras
163 despesas diversas durante o ano, esses recursos terão que ser gerado para se viabilizar o andamento das
164 atividades do Comitê, e um item novo a Diretoria da Agência. Um gráfico mostrou que somente com os

165 recursos da cobrança em rios de domínio da União não é possível viabilizar a agência de bacia. Somente com os
166 recursos dos rios de domínio estadual, também não é possível viabilizar a agência de bacia, então, a alternativa
167 é somar recursos de domínio da União com recursos de domínio Estadual. A viabilização só é possível com a
168 criação de uma Agência Única, que receberia os recursos da cobrança dos rios de domínio da União e dos rios
169 de domínio estadual, onde a cobrança foi implementada, mas só pode ser feito com recursos de custeio, o
170 recurso de investimentos voltam, no caso estadual, para as bacias de origem. Com relação à União, o recurso de
171 custeio fica na Agência e o que for arrecado para investimento pode ser aplicado em qualquer rio da Bacia. Na
172 legislação Federal não há impedimento para alocar esse recurso numa sub-bacia de onde aquele usuário está
173 localizado, desde que seja dentro de uma Bacia Hidrográfica. Existem algumas alternativas que foram estudadas
174 pela ANA, sobre o potencial de arrecadação com a compensação financeira e com a cobrança de recursos
175 hídricos pelo setor elétrico, por exemplo: alocar 1% do que os estados da Bacia recebem na compensação
176 financeira para o custeio da Agência, isso viabilizaria a Agência, como esse processo ainda depende de
177 legislação não foi considerado no gráfico da sustentabilidade apresentado. O recurso dos 0.75 do setor elétrico é
178 um recurso que sofre um contingenciamento no Governo Federal da ordem de 50% e com esse recurso a ANA
179 tem que cumprir todas as suas obrigações legais de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos.
180 Outra opção é a cobrança das transposições da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, onde já existe um
181 projeto de transposição implementado para atender à cidade de Aracajú, proveniente da ADESO empresa de
182 águas de Sergipe e uma transposição que está outorgada e não foi implementada ainda, o Projeto de Integração
183 da Bacia do São Francisco no nordeste setentrional. As duas transposições podem também ser uma alternativa
184 de aporte de recurso para viabilizar a Agência, mas, para haver a cobrança é preciso ser aprovada uma
185 metodologia de cobrança para transposições de Bacia. Com relação ao processo de discussão dos mecanismos e
186 valores de cobrança no âmbito da CTOC, são divididos basicamente em 3 componentes: a base de cálculo que
187 visa quantificar o uso da água; o consumo; e o lançamento de efluentes, que é um “uso passível de outorga”. O
188 segundo componente são os preços unitários e eles são definidos pelo Comitê em função do montante de
189 recursos que se deseja arrecadar. O terceiro componente são os coeficientes, é um componente específico que
190 visa atender ou ajustar a equação a algum objetivo específico do Comitê. O primeiro componente desta equação
191 foi discutido no âmbito da CTOC entre janeiro e agosto de 2007 e foram definidas as bases de cálculo para
192 captação, consumo e lançamento. Os preços unitários foram discutidos entre setembro de 2007 até maio de
193 2008 e foram definidos na forma de uma proposta para discussão dos preços de um centavo para captação, dois
194 centavos para consumo e sete centavos para o lançamento de DBO. E o terceiro componente, que são os
195 coeficientes, ainda está em discussão. Há algumas propostas como a diferenciação da cobrança em função da
196 classe de enquadramento ou da qualidade, outros de diferenciação da cobrança em função do índice de aridez,
197 ou da escassez hídrica, mas ainda não houve consenso no âmbito da Câmara com relação a esse coeficiente. Foi
198 consenso às bases de cálculo e os preços unitários, que estão na Minuta de deliberação. Os coeficientes serão
199 apresentados nos artigos que estão sendo remetidos para uma decisão posterior após discussões no âmbito da
200 CTOC. Foi mostrado também para o plenário, os mecanismos e valores que foram discutidos e que constam da
201 deliberação. Explicou detalhadamente a fórmula apresentada e em seguida começou a responder as perguntas e
202 dúvidas dos presentes no plenário (*a íntegra dessa discussão pode ser obtida através da transcrição*
203 *taquigráfica existente na Secretaria do CBHSF*) e foram feitos o seguinte encaminhamento: 1) O CBHSF deve
204 encaminhar através de deliberação as sugestões para os mecanismos e valores de cobrança pelo uso de recursos
205 hídricos de domínio da União na bacia hidrográfica do rio São Francisco, para avaliação e proposições
206 juntamente com os estudos que a consubstanciaram para: Câmaras Consultivas Regionais – CCRs; Comitês de
207 bacia afluentes; Entidades representativas de usuários e sociedade civil cadastradas junto ao CBHSF; Conselhos
208 Estaduais de Recursos Hídricos e Órgãos gestores estaduais; 2) Será definido na próxima reunião plenária os
209 mecanismos e valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos considerando proposta consolidada pela CTOC
210 a partir das proposições recebidas das entidades elencadas acima; 3) A CTOC encaminhará os resultados
211 consolidados para os mecanismos e valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos à Diretoria Colegiada que
212 poderá reavaliar o prazo estabelecido, e assim encerrou este dia de discussão.

213 **No dia 16 de maio: Sra Ana Catarina Pires Lopes (Secretária de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de**
214 **Alagoas e Secretária do Comitê do São Francisco)** – Deu início ao segundo dia da XI Plenária convidando o
215 Presidente Thomas da Mata para assumir a Coordenação da Mesa. **Sr Antônio Thomaz Da Mata Machado**
216 **(Presidente do CBHSF)** – Convidou para a mesa o representante do Comitê do Rio Salitre – Sr. Almacks e
217 explicou que o Dr. Breno faria uma apresentação e uma proposta de encaminhamento sobre o conteúdo do
218 processo administrativo 0001/04. **Sr Breno Esteves Lasmar (Coordenador da CTIL)** – Iniciou apresentação
219 sobre o processo administrativo de conflito de uso das águas do São Francisco e quais são os procedimentos

220 necessários para dar continuidade à condução do processo. Fez breve histórico com início em outubro de 2004,
221 entre 2006 e 2008 houve um trâmite lento desse processo, foram encaminhados ao CBHSF ofícios e
222 correspondências solicitando a adesão ao conflito de uso e também manifestações contrárias quanto ao projeto.
223 Foram apresentadas informações, quando requeridas, pelo Ministério Público e Poder Judiciário de como estava
224 a fase de tramitação desse processo no âmbito do Comitê. Em janeiro de 2008 foram expedidos ofícios de
225 notificação para os interessados, a ANA apresentou sua defesa em fevereiro e pareceres técnicos que ela
226 entende interessantes para o caso como subsídio. O IBAMA, o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da
227 Integração Nacional apresentaram suas considerações em março de 2008. Após esse trâmite do processo, houve
228 o encaminhamento de todo o processo a CTPPP e CTOC para a emissão de parecer e considerações feitas pelos
229 envolvidos e interessados. A cópia do processo foi encaminhada a CTIL que aguarda para dar continuidade à
230 tramitação do processo, por fim, analisar para encaminhamento e decisão deste Plenário. Varias discussões
231 ocorreram sobre as questões deste processo e da transposição, a íntegra dessa discussão podem ser obtidas
232 através da transcrição taquigráfica existente na Secretaria do CBHSF. Foi entregue pela representante dos
233 povos indígenas uma carta aberta lida pelo presidente do CBHSF: “Carta aberta ao Comitê de Bacia
234 Hidrográfica do Rio São Francisco. Os Povos Indígenas vêm por meio desta repudiar toda e qualquer ação que
235 causem impacto direta ou indiretamente nas Comunidades Indígenas, empreendimentos como hidrelétricas,
236 estradas, vias de transmissão, hidrovias, agronegócio sobre as terras indígenas que colocam em risco a
237 continuidade física e cultural de nossos povos e a integridade do meio ambiente e da biodiversidade. É, por isso,
238 fundamental que o Governo garanta o direito dos Povos Indígenas, a consulta prévia e informada, conforme
239 estabelece a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT e o direito de exercer a sua
240 autonomia que implica, inclusive, em aceitar a implementação desses empreendimentos em seus territórios.
241 Mais uma vez reafirmamos nossa posição contrária à transposição do Rio São Francisco, a construção das
242 barragens da Usina de Belo Monte, a Barragem do Estreito e as Hidrelétricas do Rio Madeira e dos Projetos
243 contestados pelos Povos atingidos, mas o Governo insiste em implementar”. **Sra Karla Norye Yoshida Arns**
244 **(Representante do Ministério da Integração Nacional)** – Pediu para que a mesa faça constar em ata, que o
245 Termo de adesão dos membros, para o processo administrativo, foi solicitado para ficar na tela durante toda o
246 período de discussão. **Sr Antônio Thomaz da Mata Machado (Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica**
247 **do Rio São Francisco)** – Fez a seguinte observação: “Acho que isso deve constar em Ata sim, inclusive deve
248 constar em Ata que eu, como Presidente do Comitê, afirmo que nós temos obrigação de colocar público todas as
249 peças do processo administrativo, incluindo o Termo de Adesão”, e fez os seguintes encaminhamentos
250 aprovados em plenário: 1) Encaminhar cópia do Processo Administrativo n.º 001/04 – Conflito de Usos no Rio
251 São Francisco as Câmaras Técnicas de Planos, Programas e Projetos (CTPPP) e Outorga e Cobrança (CTOC)
252 para apreciação e emissão de Parecer Técnico para subsidiar os próximos atos a serem dados pela CTIL que
253 serão: Conclusão das análises pelas Câmaras Técnicas; Encaminhamento para a CTIL; 2) Contratação das
254 Consultorias especializadas; 3) Análise e emissão de Parecer pelas Consultorias; 4) Realização de Audiências
255 Públicas; 5) Encaminhamento do Processo para as Câmaras Técnicas (CTPPP e CTOC); 6) carta dos povos
256 indígenas sobre empreendimentos feitos das áreas indígenas deve fazer parte do processo. **Sr Luiz Carlos**
257 **Fontes (Coordenador da Câmara Consultiva do Baixo São Francisco)** – Deu início a mesa redonda sobre o
258 tema de Vazões Críticas, apresentou os convidados: Dr. Mozart - CHESF; Dr. Joaquim Gondim - Agência
259 Nacional de Águas; Dr. Vinícius Rocha e o Dr. Geovane Accioly da ONS, a Professora Yvonilde, representante
260 da Rede de Eco-vazões e Sr. Antônio Augusto, representante do CBH Itapicurú. Ressaltou a presença da Sra.
261 Luna Viana, que é da Casa Civil da Presidência da República. Iniciou as apresentações chamando o **Sr Carlos**
262 **Eduardo Ribeiro Junior (Canoa de Tolda – Sociedade Socioambiental do Baixo São Francisco)** – Mostrou
263 uma visão diferenciada do episódio de baixas vazões que esta sendo vivenciada no ano de 2008 no Baixo São
264 Francisco. **Sr Luiz Carlos Fontes (Coordenador da Câmara Consultiva do Baixo São Francisco)** –
265 Explicou como essa situação foi conduzida no âmbito do CBHSF a partir de algumas iniciativas da CCR Baixo
266 São Francisco em janeiro de 2008 no período de alta vazão no Baixo onde houve uma mudança no regime
267 natural do rio. **Sr Vinicius Rocha (Representante da ONS)** – Agradeceu em nome da ONS o convite para
268 estar na Plenária do CBHSF e diz que o objetivo dessa apresentação é mostrar como se faz o planejamento da
269 operação e a operação dos reservatórios, dos aproveitamentos hidrelétricos e como se chega a decisão que
270 rebate na programação de afluentes nos reservatórios. **Sr Mozart Bandeira Arnaud (CHESF - Centrais**
271 **Elétricas do São Francisco)** – Disse que a CHESF vem participando intensamente desse fórum, inclusive com
272 técnicos da empresa. ACHESF atua com responsabilidade sócio ambiental, e respeita todas as posições que são
273 colocadas, inclusive as Nações Indígenas. **Sr Joaquim Gondins (Superintendente de Usos Múltiplos da**
274 **ANA)** – Fez um relato e uma apresentação de como a Agência vê essa questão da operação dos reservatórios e

275 como ela procedeu nessa atual situação. **Sra Yvonilde Dantas Pinto Medeiros (Universidade Federal do**
276 **Estado da Bahia UFBA e Diretora da Rede de Eco-vazões)** – Explicou e esclareceu o que é a rede de eco-
277 vazão, a participação foi através de um Edital Nacional do CT-HIDRO, onde um Termo de Referência
278 especificava que os pesquisadores deveriam se reunir na forma de uma rede e esta deveria ter um formato
279 multidisciplinar. A íntegra dessas apresentações podem ser obtidas através da transcrição taquigráfica
280 existente na Secretaria do CBHSF. **Sr Luiz Carlos Fontes (Coordenador da Câmara Consultiva do Baixo**
281 **São Francisco)** – Agradeceu a participação da ONS, CHESF e ANA nessa mesa e enfatizou que é um momento
282 importante, pois é o início da participação do Comitê nas questões ligadas à operação das barragens e passou a
283 palavra para o presidente do CBHSF. **Sr Thomaz (Presidente do CBHSF)** – Passou a leitura da deliberação
284 que dispõe sobre a instituição do “Grupo de Trabalho Permanente de Acompanhamento da Operação Hidráulica
285 na Bacia do Rio São Francisco” - GTOSF, propondo a aprovação da participação do Comitê, das Câmaras
286 Técnicas e de todo os envolvidos, de acordo com os seguintes itens: 1) Fica instituído o Grupo de Trabalho
287 Permanente de Acompanhamento da Operação Hidráulica na Bacia do rio São Francisco – GTOSF, que tem
288 como objetivos: antecipar e analisar situações de conflito envolvendo a operação hidráulica dos reservatórios,
289 os usos múltiplos e a sobrevivência do ecossistema aquático; analisar e propor soluções alternativas para
290 critérios de operação hidráulica dos reservatórios da bacia do rio São Francisco, visando ao atendimento às
291 demandas de recursos hídricos da Bacia e sub-bacias; propor formas de garantir o atendimento dos usos
292 múltiplos da água e a preservação do ecossistema aquático; e divulgar informações correntes sobre os aspectos
293 quantitativos dos recursos hídricos na Bacia; 2) O GTOSF será constituído por 15 (quinze) membros, terá
294 coordenação e secretaria constituída por membros eleitos entre seus pares: agentes concessionários dos
295 reservatórios da bacia – CEMIG e CHESF; órgãos gestores estaduais de recursos hídricos dos Estados com área
296 abrangida pela bacia; representante de cada Câmara Consultiva Regional – CCR; outros membros que a
297 Diretoria Colegiada venha estabelecer; convidados permanentes ANA, ONS, IBAMA E ANEEL. 2) As atas e
298 documentos gerados pelas reuniões do GTOSF serão publicados, depois de aprovados, na página eletrônica do
299 CBHSF e encaminhados a todos os membros e convidados às reuniões do Grupo. Dando início aos trabalhos no
300 período da tarde o **Sr Thomaz (Presidente do CBHSF)** chamou Sra Edite Lopes, Coordenadora da CCR do
301 Médio São Francisco e da Diretoria Colegiada do Comitê, para coordenar os trabalhos do tema Bioma do
302 Cerrado na Bacia do São Francisco, Sra Edite convidou à mesa o Sr. Tonhão, do Movimento Verde de Paracatu,
303 o professor Fernando Falco Bruski da Universidade Federal de Viçosa e o professor Altair Sales Barbosa,
304 graduado em Antropologia pela Universidade do Chile, doutorado em Antropologia e Arqueologia em
305 Washington-EUA e professor da Universidade Católica de Goiás, a íntegra dessas apresentações podem ser
306 obtidas através da transcrição taquigráfica existente na Secretaria do CBHSF. **Sr Antônio Thomaz d Mata**
307 **Machado (Presidente do CBHSF)** – Dá início a sessão de encerramento e chama toda a diretoria colegiada
308 para compor a mesa. **Sra Ana Catarina Pires Lopes (Secretária de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de**
309 **Alagoas e Secretária do CBHSF)** – Informou que a partir dessa plenária inicia-se o processo de transferência
310 da UAR Salvador para a UAR Maceió, a próxima plenária está prevista para os dias 29, 30 e 31 de outubro e a
311 Plenária de maio de 2009, foi reivindicada para acontecer em Barreiras, BA. **Sr Thomaz (Presidente do**
312 **CBHSF)**, Colocou as dificuldades que o Comitê vem enfrentado para a participação dos técnicos terceirizados
313 pela ANA na realização de suas reuniões de CTs, CCRs e plenárias. Informou que os locais propostos como
314 indicações a realização da próxima Plenária são: Brasília, Maceió e Aracajú. Propôs que a Diretoria defina *Ad*
315 *Referendum* o local, o que foi acatado pelo plenário. Falou sobre a aprovação da deliberação que incorpora o
316 ecossistema aquático e valores que o Comitê construiu além de ser uma grande oportunidade de seguir nesse
317 processo com o setor elétrico pois a revitalização do São Francisco passa pela regulação dos reservatórios e das
318 barragens. Colocou que CBHSF tem uma proposta clara sobre a Agência de Bacia e uma proposta a ser
319 debatida democraticamente sobre os mecanismos de cobrança, esta sendo dado mais um passo para a integração
320 a gestão da Bacia do São Francisco com os Comitês Afluentes. Finalizou dizendo que os resultado da reunião
321 mostram que estão sendo dando passos em direção à vitória. Agradeceu, em particular, o Sr. Geraldo Santos,
322 pelo esforço que fez como Diretor do CBHSF, as pessoas que ajudaram nos bastidores: as taquigrafas, à
323 empresa que deu apoio, à Rita, ao Maciel e à Márcia e declarou encerrada a XI Plenária do Comitê da Bacia
324 Hidrográfica do Rio São Francisco.

325

326

327

328

329

Thomaz da Mata Machado
Presidente

Ana Catarina Pires de Azevedo Lopes
Secretária